

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Correio Braziliense

[Título: Governo vai focar em ferrovias](#) 7

Valor Econômico

[Título: MP destrava venda de distribuidoras, mas não resolve o risco hidrológico](#) 10

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Temer sanciona lei que dá isenção a petroleiras.....	2
Título: Racionamento até de combustível	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: MP com incentivo a petroleiras tem sanção com vetos	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: » Senta que lá vem história.....	5
Título: O ajuste da Petrobrás	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	7
Título: Gasolina sobe 1,7% nas refinarias	7
Título: Governo vai focar em ferrovias	7
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: MP destrava venda de distribuidoras, mas não resolve o risco hidrológico	10
Título: Gasolina sobe, mas não afeta projeções para o IPCA.....	12
Título: Brant cogita Parente para sucessão.....	13

Título: Cresce entre governistas rejeição à proposta de privatização da Eletrobras.....	15
Título: Destaques	17
Título: China e Opep dão impulso às cotações	18
Título: Minério de ferro fecha 2017 perto do zero a zero, acima dos US\$ 72	19
Título: Petróleo supera expectativas com corte na oferta mundial	21
Título: Engie aguarda uma proposta firme por térmicas a carvão	23
Título: Eletrobras adia prazo para vender suas distribuidoras	24

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Temer sanciona lei que dá isenção a petroleiras

Repetro vai valer até 2040, mas Casa Civil não divulga vetos feitos pelo presidente

-BRASÍLIA E RIO- O presidente Michel Temer sancionou ontem, com vetos, a lei que amplia o Repetro, regime que permite a isenção de tributos para empresas que exploram petróleo no país. A norma tem a intenção de estimular o interesse em licitações de campos petrolíferos, suspendendo impostos sobre a importação de alguns bens e permitindo deduções. A informação foi divulgada pela Casa Civil, mas o órgão se recusou a informar quais trechos foram vetados.

A sanção, com o detalhamento, será publicada no Diário Oficial de hoje. O regime especial de tributação vigora até 2040. Pela medida provisória aprovada logo antes do recesso parlamentar, as empresas podem deduzir, a partir de 2018, os recursos aplicados na exploração e produção de petróleo e gás natural da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda.

De acordo com fontes próximas ao Planalto, um dos vetos do presidente Michel Temer poderia ser referente ao artigo que resultaria no perdão de dívidas tributárias da Petrobras. Recentemente a estatal informou que tem R\$ 53,4 bilhões em processos judiciais referentes a incidência de Imposto de Renda retido na fonte, Cide e PIS/Cofins sobre remessas ao exterior para pagamentos de afretamento de embarcações.

A possibilidade de perdão foi incluída na MP durante a discussão no Congresso. A medida também cria um regime especial que suspende o pagamento de tributos federais sobre a importação de bens que sejam destinados às atividades petrolíferas. Nesses casos, as empresas deixam de pagar Imposto sobre Importação (II), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a contribuição para o PIS/Pasep-Importação e a Cofins/Importação. Também entram nessa lista matérias-primas e produtos intermediários. (Bárbara Nascimento e Ramona Ordoñez)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Mundo

Autor: DANIEL LOZANO

Título: Racionamento até de combustível

No país com maiores reservas de petróleo do mundo, cidadãos sofrem com longas filas para abastecer carros, apagões e falta de gás domiciliar

Nicolás Maduro perdeu parte do controle social da Venezuela, recuperado pelo chavismo desde que a repressão policial e a imposição da Assembleia Nacional Constituinte acabaram com as manifestações contra o governo. O fenômeno inesperado ocorre em meio a racionamentos de gasolina e eletricidade, que levaram a protestos populares espontâneos, incluindo em zonas chavistas, e a críticas de líderes revolucionários.

O colapso da Petróleos de Venezuela (PDVSA) afetou de tal forma a produção e a distribuição de combustível que o governo ordenou o racionamento em pelo menos oito estados. Primeiro, Lara e os estados de Cojedes, Portuguesa, Apure e Barinas, local de nascimento de Hugo Chávez e da revolução.

E desde ontem, a medida surpreendente — a Venezuela tem a maior reserva de petróleo do planeta — espalhou-se para Táchira, Mérida e Zulia, terras que abrigam toneladas e toneladas de petróleo. No estado fronteiro com a Colômbia, onde a falta de gasolina vem e vai por meses, apenas 20% dos postos estão funcionando.

“Todo veículo deverá ser abastecido com até 30 litros por vez; as pickups e caminhonetes, 35 litros, com exceção daquelas que transportem carga de produtos perecíveis; as motos, cinco litros”, precisa o comunicado interno da petroleira estatal. A operação busca limitar o habitual contrabando após um mês marcado pelo desabastecimento provocado, segundo Maduro, pelo “bloqueio internacional” e as sanções.

A realidade é muito diferente: as maltratadas refinarias locais só são capazes de produzir 50 mil barris por dia da gasolina mais barata do mundo para um mercado nacional que precisa de 200 mil barris. Com isso, os protestos diante das filas imensas nos poucos postos abertos multiplicaram os incidentes, incluindo disparos de policiais para o alto em Mérida e Amazonas.

A via-crúcis da chamada “Chavidade” golpeia com força Maracaibo, capital de Zulia e a segunda cidade do país, que aplicou um plano de racionamento elétrico após cinco dias de apagões. O gás domiciliar também faz parte da lista de desgraças diárias, apesar de o país contar com as maiores reservas do continente.

Há semanas, os protestos se multiplicam desde o sumiço do combustível, fruto de uma mescla do abuso do mercado negro, dos preços regulados, da frota que o transporta encalhada por falta de peças e da usina de Sidor funcionando nos mínimos possíveis. Os motivos para as manifestações são muitos: falta de comida, preços que dispararam, promessas não cumpridas do governo, lixo acumulado e escassez de dinheiro — e até de cestas básicas.

Ciudad Bolívar está militarizada após os saques registrados nos últimos dias. — Manter o controle social não é fácil. À medida que a margem de manobra financeira se reduz, o governo se complica ainda mais. A água pode transbordar logo, estamos em um mato sem cachorro — adverte ao “La Nación” Piero Trepiccione, cientista político do Centro de Pensamento dos Jesuítas, que há meses vem alertando sobre os perigos de uma situação no limite.

— O governo tenta continuar valorizando o populismo e os compromissos internos com o apoio da Rússia e da China, favorecido pela encruzilhada política mundial. No entanto, nem esse apoio é absoluto.

‘É PRECISO UMA REVOLUÇÃO NO CHAVISMO’

Uma situação que pareceria crítica em qualquer outro país, de acordo com Rafael Ramírez, antigo guru econômico de Maduro e hoje castigado pelo presidente: — A situação econômica é no mínimo um caos. Um desastre que é produto de muito imprevisto, desconhecimento, irresponsabilidade e ineficiência — afirma o ex-presidente da PDVSA, hoje acusado de corrupção. — É preciso haver uma revolução dentro do chavismo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: MP com incentivo a petroleiras tem sanção com vetos

DE BRASÍLIA - o presidente Michel Temer sancionou a proposta que amplia o Repetro, o regime especial que permite a isenção de tributos para empresas do setor petrolífero.

A medida provisória, sancionada com a imposição de vetos, será publicada na edição desta sexta-feira (29) do "Diário Oficial da União".

Os artigos vetados, contudo, ainda não foram divulgados pelo Planalto. Segundo a Folha apurou, o peemedebista seguiu as sugestões feitas pelo Ministério da Fazenda.

A proposta estabelece prazo até 2040 para os benefícios tributários. O governo espera que, com a medida, a cadeia produtiva seja beneficiada, com mais interesse nos leilões brasileiros e, conseqüentemente, mais investimento no setor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: ALINE BRONZATI CYNTHIA DECLOEDT FERNANDA GUIMARÃES

Título: » Senta que lá vem história.

Coluna do Broadcast

Perto de completar uma década, o caso envolvendo o rompimento da barragem da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Apertadinho, em Rondônia, ganha um novo capítulo. A Justiça do Ceará reconheceu este mês incompetência para apreciar o processo de arbitragem e, portanto, a disputa entre a Cebel - Centrais Elétricas de Belém, dona da obra, e as construtoras responsáveis, a Schahin e EIT, que formavam o Consórcio Construtor Vilhena, volta para as mãos do Judiciário paulista.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: O ajuste da Petrobrás

Já chega a US\$ 17 bilhões a receita auferida pela Petrobrás com a venda de ativos. O programa de desinvestimentos – iniciado pela diretoria presidida por Pedro Parente, que em maio do ano passado substituiu a que fora indicada pela presidente cassada Dilma Rousseff – é essencial para o ajuste da empresa,

devastada técnica e financeiramente pelo amplo esquema de corrupção nela instalado pelo lulopetismo, e para preservar investimentos em áreas essenciais, como prospecção, exploração, refino e distribuição.

A venda mais recente foi a fatia equivalente a 25% do Campo de Roncador, na Bacia de Campos – o terceiro maior campo produtor de petróleo da empresa brasileira –, para a estatal norueguesa Statoil, por US\$ 2,9 bilhões. Antes de adquirir a fatia no Campo de Roncador, a Statoil havia comprado o Campo de Carcará, considerado um dos mais promissores na área do pré-sal da Bacia de Santos. Até agora, o programa resultou na venda de 13 ativos, o maior dos quais foi a Nova Transportadora do Sudeste (NTS), por US\$ 5,2 bilhões para a Brookfield, grupo de investimentos e de operação de ativos em serviços públicos, transporte, energia e comunicações, entre outras áreas.

O programa de venda de ativos da Petrobrás ficou paralisado por alguns meses por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que exigiu mudanças no processo; algumas negociações em andamento tiveram de recomeçar do zero. Por isso, dos US\$ 4,5 bilhões que a estatal levantou neste ano, US\$ 4 bilhões resultaram de negócios concluídos em dezembro. A Petrobrás mantém a meta de levantar US\$ 21 bilhões entre 2017 e 2018. Os ativos considerados disponíveis para venda pela empresa somam US\$ 40 bilhões. A carteira inclui cerca de 70 campos terrestres, 30 campos de águas rasas, estrutura de distribuição no Paraguai, ativos de exploração e produção na África, unidades de fertilizantes e a Transportadora Associada de Gás.

O presidente da empresa acredita que a meta de US\$ 21 bilhões será alcançada. Com o programa de desinvestimentos e outras medidas de ajuste destinadas a alcançar maior eficiência operacional e reduzir custos, a estatal vem melhorando seguidamente alguns indicadores econômico- financeiros, especialmente os relativos ao nível de endividamento. Embora tenha registrado lucro de R\$ 266 milhões, abaixo da expectativa do mercado – resultado que a empresa atribuiu ao registro de itens extraordinários no período –, o balanço relativo ao terceiro trimestre do ano reforçou a tendência observada desde o final do ano passado, de redução da dívida líquida. No fim de 2016, essa dívida totalizava R\$ 314,12 bilhões; no fim do terceiro trimestre deste ano, havia baixado para R\$ 279,23 bilhões.

Com isso, a relação entre dívida líquida e capacidade de geração de caixa (Ebitda) – examinada com atenção pelos analistas – caiu de 3,54 no fim de 2016 para 3,16 no fim do terceiro trimestre. É uma clara indicação de que a empresa está recolocando em ordem suas finanças. Trata-se de um processo longo, dada a extensão dos danos causados pelo esquema de corrupção instalado na Petrobrás, cujos responsáveis e beneficiários vêm sendo identificados e devidamente punidos pela Operação Lava Jato.

Ao mesmo tempo que busca sanear a estatal, sua direção vem adotando métodos de gestão que assegurem maior transparência e confiabilidade aos resultados divulgados para o público. O resultado mais claro gerado por esse modelo de gestão em pouco mais de um ano e meio foi a oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês), no chamado Novo Mercado da B3, da Petrobrás Distribuidora, líder do mercado de distribuição de combustíveis no País e que também foi vítima do esquema de corrupção da era lulopetista. O Novo Mercado é o segmento especial de empresas com ações negociadas na B3 que seguem regras específicas de governança corporativa e asseguram mais direitos aos acionistas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Gasolina sobe 1,7% nas refinarias

A Petrobras anunciou ontem mais um aumento de combustíveis nas refinarias. Os reajustes serão de 1,7% para a gasolina e de 1,15 para o diesel e valem a partir de hoje. Desde o início da nova política de preços adotada pela estatal, a gasolina acumula alta de 29,54% e o diesel, de 25,42%. A nova metodologia foi adotada em 3 de julho e as correções, segundo a empresa, acompanham o movimento no exterior. Pela nova política, em vez de esperar um mês para ajustar seus preços, a Petrobras avalia as condições do mercado para se adaptar, o que pode acontecer diariamente. Além da concorrência, na decisão de revisão de preços, pesam as informações sobre o câmbio e as cotações internacionais do petróleo.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Governo vai focar em ferrovias

Com muitos gargalos em infraestrutura, o Brasil oferece oportunidades nas áreas de logística e transportes, energia, telecomunicações, saneamento e petróleo e gás. É nisso que aposta o governo para concretizar a retomada do investimento, fundamental para o crescimento sustentável do país. Não à toa, o Programa Avançar Parcerias, que já promoveu 70 concessões e privatizações que garantirão aporte de capital privado da ordem de R\$ 142 bilhões nas próximas décadas, elenca outros 75 projetos que poderão representar mais R\$ 132,7 bilhões em investimentos em infraestrutura. Especialistas alertam, contudo, que, por 2018 ser um ano eleitoral, muita coisa corre o risco de ficar para 2019.

O ministro Wellington Moreira Franco, secretário-geral da Presidência da República e responsável pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), agora chamado Avançar Parcerias, garante que o projeto se mostrou, no curto espaço de tempo de 18 meses, um dos pilares para a retomada do crescimento econômico. “Já realizamos entregas importantes, de aeroportos, portos, óleo e gás e energia. Em 2018, vamos focar em ferrovias, porque precisamos dar condições para o setor do agronegócio crescer sem perder competitividade”, promete.

O índice de realização das concessões é celebrado pelo secretário especial do PPI, Adalberto Vasconcelos. “O desafio é grande. Mas nosso foco é fazer tudo o que foi prometido, ou seja, entregar todos os empreendimentos que foram qualificados no programa. Para 2018, o objetivo é priorizar as licitações de ferrovias. Teremos, já no primeiro trimestre, a Ferrovia Norte-Sul. A consulta pública da Ferrogrão foi estendida um pouco, mas vai sair, assim como a Fiol”, garante (veja os projetos previstos pelo PPI no quadro ao lado).

Vasconcelos ressalta que, em 2017, as concessões do setor portuário deslancharam. “O TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou mais seis blocos, que vão sair no primeiro trimestre de 2018”, diz. O secretário conta que os leilões da área de energia mostraram que o Brasil recuperou a credibilidade. “O índice de realização no caso de linhas de transmissão era abaixo de 30%. No penúltimo leilão, foi de 97% e, no mais recente, de 100%”, diz.

Apesar de destacar o sucesso no setor de energia em 2017, Vasconcelos reconhece que o maior desafio ficou para 2018: a privatização da Eletrobras. “O processo está sendo bem conduzido pelos ministros Dyogo (Oliveira, do Planejamento) e **Fernando (Coelho Filho, de Minas e Energia)**. Não podemos repassar todas as ações para a sociedade a todo momento, mas vamos avançar”, assegura.

O secretário aponta que o governo Temer deixará para o próximo ocupante do Palácio do Planalto uma boa governança e coordenação eficiente no setor de infraestrutura. “Independentemente de quem venha a ser o próximo presidente, está claro que o país não tem mais recursos para investir em infraestrutura. O governo tem que focar em educação, saúde e segurança. Precisamos da iniciativa privada para tornar o Brasil competitivo”, diz. “O principal legado é que é possível fazer concessões importantes sem grandes empreiteiras”, sentencia.

Na opinião de Wagner Cardoso, gerente executivo de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil avançou no setor, com a mudança de marcos legais que tornaram as concessões mais atrativas. “O destaque é a reativação do setor de petróleo e gás. Já houve bons leilões e

teremos outras rodadas em março e junho”, destaca. “O que é licitado hoje vai gerar óleo em sete anos, mas antes disso ocorrem investimentos. Esse setor tem enorme capacidade de alavancar recursos”, pondera.

Expectativas

Cardoso assinala que 2018 vai trazer à tona uma discussão muito importante na área. “Há um projeto do governo, que deve ser discutido pelo Congresso, para ampliar a participação do gás natural na matriz energética, quebrar monopólio, compartilhar dutos, expandir importação. O setor privado precisa disso”, destaca.

O especialista da CNI admite que a privatização da Eletrobras talvez não ocorra em 2018. “Já avançamos só de colocar isso na mesa. E a privatização de seis distribuidoras da Eletrobras que dão prejuízo está garantida. São altamente ineficientes e sofrem com intervenção política. Sem as subsidiárias, o grupo fica mais atrativo”, opina. No entanto, Cardoso alerta para a necessidade de o governo enviar o novo modelo do setor elétrico ao Congresso. “Se quiser celeridade, precisa mandar no início do ano, no máximo, até abril. Depois disso, os parlamentares saem para fazer campanha”, afirma.

Transporte e saneamento básico são os patinhos feios da infraestrutura, brinca Cardoso. “Há apenas três estradas que devem ser concedidas pelo PPI. Há previsão de antecipar a prorrogação de concessões ferroviárias, mas as obras só vão gerar emprego em 2019”, estima. O atraso deve ocorrer por conta de decisões do TCU que já foram contrárias às antecipações. “É preciso, primeiro, regulamentar o direito de passagem, para depois assinar as prorrogações.”

Para o Brasil ganhar competitividade nas exportações, precisa de portos. “Em termos de eficiência, os terminais operados pela iniciativa privada são excelentes. Os públicos, arrendados, estão em nível mundial. O que precisa melhorar é a administração portuária, porque é pública”, lamenta o gerente de Infraestrutura da CNI. Neste aspecto, o governo avançou ao sinalizar com a primeira privatização de uma Companhia Doca, no Espírito Santo. “Vitória vai ser o embrião, mas temos 37 portos que sofrem interferência política. Isso é um problema, porque é preciso pensar a infraestrutura para 40 anos e não para o período de um governo. Quando o síndico é público e vai sair em dois anos, não se preocupa de resolver gargalos”, avalia.

Hoje, o Brasil não tem capacidade de receber os navios mais modernos, de 19 mil TEUs (Twenty Foot Equivalent Unid, unidade equivalente de transporte, na sigla em inglês). Como faltam dragagem para aumentar a profundidade, comprimento de cais e acesso marítimo para grandes embarcações nos portos, o país está limitado a receber navios de 9 mil TEUs. “Por enquanto, foram feitos

apenas arrendamentos de terminais de uso privado, que já são eficientes”, comenta Cardoso.

"Independentemente de quem venha a ser o próximo presidente, está claro que o país não tem mais recursos para investir em infraestrutura. O governo tem que focar em educação, saúde e segurança. Precisamos da iniciativa privada para tornar o Brasil competitivo”

Adalberto Vasconcelos, secretário especial do PPI

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia, Rodrigo Polito e Cristiane Bonfanti | De São Paulo, do Rio e de Brasília

Título: MP destrava venda de distribuidoras, mas não resolve o risco hidrológico

O presidente Michel Temer assinou ontem medida provisória que destrava a venda das distribuidoras da Eletrobras e permite início do processo de privatização da estatal. Ao mesmo tempo, porém, deixou de trazer uma esperada solução para a guerra de liminares que já envolve R\$ 6 bilhões em valores não pagos no mercado livre de energia, referente à judicialização em torno do déficit de geração de energia hídrica (GSF, sigla em inglês para o fator de ajuste da garantia física das hidrelétricas).

A MP havia sido concebida pelo **Ministério de Minas e Energia** para tratar, principalmente, da questão do GSF, mas o texto assinado não trata disso. O texto dá o primeiro passo para a privatização da Eletrobras, ao revogar artigo da Lei 10.848, de 2004, que excluía a estatal e subsidiárias do Programa Nacional de Desestatização (PND). Na prática, isso vai permitir que os estudos para a modelagem da operação sejam iniciados.

Além disso, a MP faz alterações na legislação dos Sistemas Isolados - regiões no Norte não conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) -, criando condições para que a estatal garanta o recebimento de créditos de fundos setoriais para as distribuidoras, o que minimiza o endividamento a ser assumido pela holding.

Faltou, porém, a definição sobre o chamado risco hidrológico, o que pode agravar o movimento de judicialização do setor elétrico, segundo fontes ouvidas pelo **Valor**. "É uma má notícia e nos preocupa o fato de que não estamos resolvendo um problema importante e que pode disparar uma complicação econômica e financeira para o setor", disse uma fonte.

O texto inicial da MP alterava também a Lei 13.203, criando uma solução para encerrar a judicialização em torno do GSF nos contratos do mercado livre de energia. Seriam expurgados do risco repassado às hidrelétricas alguns fatores que não são considerados "riscos hidrológicos" e que geram despesa na casa de bilhões de reais,.

Entre esses fatores estão o deslocamento da geração hidrelétrica devido ao acionamento de térmicas mais caras, sem haver sinal econômico da necessidade disso, as limitações da rede de transmissão, devido a obras em atraso, o que afeta o escoamento da produção esperada das hidrelétricas, e também a diferença entre a garantia física (volume de energia previsto para ser produzido) de usinas na sua fase de motorização e os valores gerados de fato no período.

O cálculo seria feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), com efeito retroativo até 2013. Caso aceitassem um acordo, os geradores abririam mão das liminares na Justiça, pagariam os montantes devidos e protegidos pelas decisões judiciais e, em contrapartida, receberiam a extensão do período de concessão de forma proporcional ao montante expurgado. Essa extensão das concessões teria limite de até 15 anos.

Até a liquidação do mercado de curto prazo de energia de outubro, feita no início de dezembro, havia quase R\$ 6 bilhões em créditos não pagos devido às liminares que limitam os efeitos do GSF sobre as hidrelétricas. A previsão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no início de dezembro era que o GSF teria impacto total de R\$ 40 bilhões no setor elétrico neste ano. O acordo previsto na MP reduziria esse efeito.

Há, porém, uma ala do governo contrária ao acordo, liderada pela própria Aneel. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que derrubou uma das liminares referentes ao GSF no dia 15, e a expectativa de que as demais liminares sigam o mesmo caminho ajudaram a reforçar essa posição. O problema é que a MP em questão não tratava apenas desse assunto, e não poderia ter sido apenas engavetada.

Um ponto urgente para destravar a venda das distribuidoras da Eletrobras envolve alterações na Lei 12.111, de 2009, que trata dos Sistemas Isolados. Essas alterações constam da MP. O texto, entre outras questões, trouxe uma solução para o descasamento entre a operação da termelétrica Mauá 3, da Amazonas Energia, e a construção do gasoduto que leva gás natural para a usina. Isso vai ajudar a aumentar o valor da usina que poderá ser vendida para abater parte da dívida da companhia - a mais endividada de todas as que serão privatizadas pela Eletrobras.

A venda das distribuidoras precisa acontecer até o fim de julho de 2018 e a Eletrobras está enfrentando dificuldades para elaborar uma modelagem para essa operação sem as alterações que a MP traria. O texto foi assinado contendo apenas essas alterações para viabilizar a privatização das distribuidoras, sem resolver o problema do GSF.

Essa decisão, porém, pode ter grandes implicações também na privatização da Eletrobras. O plano do Ministério de Minas e Energia para isso envolve a chamada "descotização" da energia contratada nesse regime, criado pela ex-presidente Dilma Rousseff em 2012 para baratear as tarifas. Nesse regime, as usinas recebem uma tarifa apenas para manutenção dos ativos, o que acaba gerando prejuízos à Eletrobras. No regime de cotas, o GSF é repassado à tarifa.

Se a energia for descotizada, a Eletrobras ficará livre para negociá-la a preços de mercado, mas terá que assumir o risco hídrico. Sem as alterações previstas na MP, o risco hidrológico será maior, o que afetará negativamente a avaliação do preço das ações da estatal. Outra implicação negativa é o risco de mais judicialização no setor.

O presidente da Engie Brasil Energia, Eduardo Sattamini, reiterou sua preocupação com a necessidade de o governo chegar a um acordo sobre o risco hidrológico. "Se isso não sair, vamos continuar com essa incerteza de liminares e disputas judiciais. Eventualmente, até aqueles que não estão na disputa vão entrar." A conversa de Sattamini com o **Valor** aconteceu antes da publicação da MP sem a solução para o GSF.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Estevão Taiar | De São Paulo

Título: Gasolina sobe, mas não afeta projeções para o IPCA

Gasolina e energia tiveram reajustes neste fim de ano que não estavam previstos, mas sem força suficiente para impedir a queda das projeções de inflação.

Desde julho, o preço da gasolina nas refinarias vem sendo reajustado diariamente pela Petrobras, com o objetivo de diminuir a defasagem do combustível em relação à cotação externa e ao câmbio.

A Tendências Consultoria calculava em setembro que a gasolina teria alta de 7% no ano. A estimativa já subiu para 9,5%. Em novembro, a gasolina subiu 2,92% e contribuiu com 0,12 ponto percentual para a alta de 0,28% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do mês. "O que essa alta da gasolina fez foi apenas

impedir uma revisão mais forte da inflação para baixo", diz Márcio Milan, economista da Tendências.

Para Izabel Faez, analista da LCA Consultores, "os reajustes não estão chegando tanto no consumidor". Em novembro, o preço do combustível nas refinarias subiu 7,29%, quase cinco pontos percentuais acima do que chegou à ponta. "Os postos não conseguem acompanhar as revisões diárias da Petrobras e a recessão ainda segura um aumento maior."

Outro fator que vem limitando, mas não revertendo a queda da inflação é a energia elétrica, principalmente em função do encarecimento do segundo patamar da bandeira vermelha. A mudança no cálculo levou a uma elevação de 0,1 ponto percentual do IPCA em novembro.

André Braz, economista do Ibre-FGV, lembra que, apesar da mudança no cálculo do segundo patamar da bandeira vermelha, a tarifa cobrada em dezembro foi a do primeiro patamar, mais barata. Ele calcula que a média mensal do IPCA no terceiro trimestre será de 0,35%, o que deixaria o indicador abaixo de 3% no acumulado do ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Brant cogita Parente para sucessão

Na busca de um candidato a presidente em 2018 que faça sem reservas a defesa do governo de Michel Temer (PMDB), um nome deveria começar a ser considerado: o do presidente da Petrobras, Pedro Parente.

A ideia tem sido defendida por Roberto Brant, veterano da política e interlocutor frequente de Moreira Franco, um dos ministros mais próximos a Temer.

Ex-deputado federal por Minas Gerais pelo antigo PFL e ministro no governo Fernando Henrique Cardoso, Brant, de 75 anos, foi também um dos responsáveis por dar forma ao documento Ponte para o Futuro, lançado pelo PMDB antes do impeachment de Dilma Rousseff (PT) e que serviu como um programa do que viria a ser o governo Temer.

"Se a sociedade quiser algo novo, parecido com o Macron, na França, poderia ser o Pedro Parente", disse ele ao **Valor**.

O nome foi apresentado por Brant a um grupo de executivos de empresas numa reunião ocorrida em Belo Horizonte na tarde de quarta-feira. "Ele não é político, mas sabe lidar com políticos" disse, acrescentando que nem sabe se Parente teria algum interesse pessoal numa empreitada eleitoral em 2018.

Brant contou que já havia falado sobre essa conjectura a três ou quatro pessoas do mundo da política e que todas elas pararam para refletir. Para ele, a gestão de Parente à frente da Petrobras (cujos resultados e imagem junto ao mercado melhoraram sensivelmente nos últimos meses) seria um cartão de visitas para atrair a atenção de uma fatia do eleitorado mais identificada com bandeiras ligadas à gestão, eficiência e transparência. E, acima de tudo, ele seria um candidato apto a defender todas as medidas e políticas adotadas pelo governo.

"O governo Temer entende que faz uma gestão heroica e apoiará um candidato que defenda seu legado", diz Brant.

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), poderia ser esse candidato não fosse o fato de os tucanos se dividirem entre apoiadores e críticos do governo, diz Brant.

Segundo ele, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD-GO); o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ); e o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung seriam opções mais fáceis para o Planalto.

Isso sem contar em uma eventual candidatura do próprio Temer. "Não acho que uma candidatura de Temer seja uma ideia totalmente descartada", disse.

Pesquisa Datafolha divulgada no início do mês mostrou que 71% dos brasileiros rejeitam o presidente.

"Eles [aliados próximos a Temer] acham que quanto mais o tempo passar mais melhorará a imagem do governo", disse Brant, citando a queda da inflação, dos juros, do desemprego.

No encontro com executivos, organizado por uma consultoria financeira, a TSX Advisors, Brant disse que seu candidato preferencial é Alckmin, mas que se sua candidatura não decolar, é preciso ter uma alternativa. "Não podemos ter só uma carta nas mãos."

Brant diz duvidar da capacidade de Jair Bolsonaro (PSC) - segundo nas pesquisas de intenção de voto - tornar-se de fato um candidato viável. Não tanto por causa de suas ideias conservadoras, mas por estar num partido nanico que, conseqüentemente, terá recursos escassos de campanha. O mesmo acontecerá com Marina Silva (Rede), prevê.

Em relação ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder em todas as pesquisas, Brant diz que a alta rejeição do petista será um obstáculo para sua eleição, mas que sua vitória e suas promessas de reverter medidas de Temer tornariam o país "inviável". Mesmo assim, afirma que Lula deveria poder disputar a eleição ainda que venha a ser condenado em segunda instância no processo que envolve o apartamento no Guarujá que teria sido dado a ele pela construtora OAS.

"Não acho que meia dúzia de pessoas [referência a magistrados que vão julgar Lula em segunda instância] tenha o direito de decidir quem a população deve ou não escolher."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Cresce entre governistas rejeição à proposta de privatização da Eletrobras

A resistência de deputados à privatização da Eletrobras tem crescido no Congresso e ganha cada vez mais espaço dentro das bancadas governistas, especialmente entre parlamentares do Nordeste e Minas Gerais, contrários à venda do controle das estatais locais. Os motivos principais são preocupações com a alta na conta de luz e com investimentos e empregos em suas regiões.

O **Valor** conversou com duas dezenas de deputados nas últimas semanas para ouvir as principais razões para a rejeição, identifica em pesquisa contratada pela própria Eletrobras, de repassar à iniciativa privada o controle da holding, responsável por 37% da geração de energia elétrica do país. O governo fez concessões a esses parlamentares, mas que não surtiram efeito.

A maioria das conversas ocorreu antes de pesquisa Datafolha mostrar um cenário ainda mais adverso: sete em cada dez brasileiros são contra a privatização de estatais e apenas 20% apoiam a venda. Sem tratar do caso específico da Eletrobras, a maioria da população (67%) dizer ver mais prejuízos que benefícios em grupos estrangeiros assumirem estatais brasileiras. Parlamentares apontam que, quando a proposta entrar na agenda do Congresso, esse sentimento pode ter mais peso por causa do ano eleitoral.

Monitoramento do governo com os deputados mostrou crescente rejeição à venda do controle da Eletrobras, que chegou a 43,6% em novembro, ante 32% em outubro. O apoio à operação soma 52% - o governo precisa de maioria simples para aprovar o texto. No MDB do presidente Michel Temer apenas 61% apoiam a iniciativa, que enfrenta resistência também no PR e PSD.

Com os dados em mãos, Temer já fez concessões para as bancadas de Minas Gerais e do Nordeste. Determinou que R\$ 9 bilhões da operação serão destinados a obras no rio São Francisco e sancionou, sem vetos, o aumento dos royalties da mineração, apesar de protestos das empresas

Os afagos tiveram efeito reduzido. Vice-presidente da Câmara e coordenador da bancada de Minas, o deputado Fábio Ramalho (MDB) diz que os mineiros ficaram satisfeitos com os royalties e por isso aceitam debater. "Não estamos fechados contra, mas a maioria espera discutir melhor", disse. São duas preocupações: o dinheiro para revitalização dos rios e uma saída para os funcionários de Furnas, que se mobilizam contra a venda.

Autor da "frente parlamentar em defesa de Furnas", o deputado Leonardo Quintão (MDB-MG) também questiona a situação dos funcionários e diz que a sanção dos royalties "não mudou nada". "A abertura de capital [de Furnas] apoiaríamos, mas, da maneira que querem fazer, somos contra", afirmou.

Já os deputados nordestinos consideraram os R\$ 9 bilhões insuficientes. "Isso é uma migalha que ninguém vai aceitar. Quem está fazendo isso está mal-intencionado", atacou o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), ex-presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), que será privatizada. Ele ressalta que "o rio não está a venda" e que o "modelo está errado". O correto, na opinião dele, era um fundo moderno gerir os recursos. O pagamento de valor fixo "terá oposição ferrenha". "Queremos uma receita anual, um percentual do faturamento, não que seja uma vez e acabou", disse.

Coordenador da bancada nordestina, o deputado Júlio César (PSD-PI) pontua que, nos oito Estados onde a Chesf está presente, a rejeição é majoritária. "A Chesf é um patrimônio do Nordeste, não pode ser vendida assim."

Para o deputado Chico Alencar (Psol-RJ), a rejeição da base também é fisiológica: eles não indicariam mais diretores nas estatais. "Seria o fim das boquinhas em diversas companhias públicas", disse. Já o Psol é contra por "transferir aos conglomerados financeiros internacionais um patrimônio público" para pagar as contas do governo - a operação renderá R\$ 12 bilhões para a União.

Líder do PT na Câmara, Carlos Zarattini (SP) disse que os deputados estão percebendo que a conta de luz encarecerá com a operação. "Fica cada vez mais claro que isso atingirá os consumidores", afirmou. Outro fator para maior rejeição seria o desgaste de Temer e a tentativa dos parlamentares de se desvincularem.

O deputado Fabio Garcia (sem partido-MT), que deve ser o relator do projeto e trabalhou em empresas do setor, avalia que a rejeição diminuirá quando a proposta chegar ao Congresso e o debate ocorrer. "Os dados mostram que o setor privado é mais eficiente, prestará um melhor serviço, permitirá mais investimentos e vai liberar recursos no Orçamento para saúde e educação", defendeu. Não adianta manter a companhia estatal, afirma, e as obras atrasarem por falta de recursos ou burocracia.

Garcia discorda do discurso de que haverá aumento na conta de luz e diz que a rentabilidade é controlada pelos órgãos reguladores e por licitações. "Se o Brasil quer baixar o preço da energia, um dos caminhos que tem, além de rever os subsídios, é acabar com as ineficiências", opinou.

Embora seja do Nordeste, o deputado Betinho Gomes (PDB-PE), defende a privatização, mas afirma que o projeto precisa ser melhor explicado para a sociedade, para não parecer que a venda será negativa, e afirma que as críticas devem-se ao medo dos parlamentares de apoiarem temas polêmicos às vésperas da eleição e ao alto desgaste do governo. O PSDB é o partido com maior taxa de apoio à proposta, 90%, segundo a pesquisa do governo.

Com a demora do governo em encaminhar o projeto, anunciado em agosto, o debate na Câmara, que no calendário inicial acabaria em dezembro, deve ficar para março ou abril.

Ver também: MP destrava venda de distribuidoras, mas não resolve o 'risco hidrológico'

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Hidrelétrica de São Manoel

A EDP Energias do Brasil informou que a Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação comercial da primeira unidade da hidrelétrica de São Manoel, no rio Teles Pires (entre MT e PA) de 175 megawatts (MW) de potência. Com isso, foi concretizada a antecipação do início da operação da usina em quatro meses. Os contratos da hidrelétrica no mercado regulado passam a valer em maio de 2018. A usina é uma parceria entre a EDP, a China Three Gorges (CTG) e Furnas.

Dívida da Cemig

A Cemig informou que concluiu o reperfilamento de dívidas no valor de R\$ 3,4 bilhões. A operação foi feita por meio de uma emissão de debêntures da Cemig Distribuição e de aditivos de operações de crédito da Cemig D e da Cemig Geração e Transmissão. Com isso, mais a captação de R\$ 3,2 bilhões no mercado internacional, conseguiu equilibrar os fluxos de caixa, alongar o prazo médio das dívidas e aprimorar a qualidade do crédito.

Venda da TAG

A Petrobras informou o início da fase vinculante do processo de venda de 90% de sua participação acionária na Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG), sua subsidiária integral. Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a estatal informou que os interessados habilitados em fases anteriores receberão cartas-convite com instruções detalhadas sobre o processo. Segundo a Petrobras, também serão enviadas orientações para a realização de "due dilligence" e para o envio das propostas vinculantes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e Stella Fontes | De São Paulo

Título: China e Opep dão impulso às cotações

Depois do fim do chamado "superciclo" das commodities, 2017 foi o ano da recuperação para a maioria das matérias-primas industriais. Petróleo e metais não ferrosos chegaram aos maiores níveis em anos e a celulose, apesar de não ter sofrido significativamente em outros anos, também teve forte alta. Além disso, o minério de ferro, mesmo caindo, teve um ano muito melhor do que se esperava.

A China foi o grande catalisador da valorização. A desaceleração do crescimento econômico chegou no país, como se projetava, mas de uma maneira que não afetou tanto o consumo desses produtos. A atividade industrial e a formação bruta de capital fixo mantiveram-se em altos níveis.

O ano também teve o efeito da demanda por veículos elétricos sobre as commodities. "Em 2018, muito provavelmente, o advento dos carros elétricos será um dos temas centrais das matérias-primas novamente", prevê o Bank of America Merrill Lynch (BofA). "Mas a velocidade e os efeitos da transição são difíceis de projetar, criando incertezas no mercado."

No caso da celulose de fibra curta, especialidade dos produtores brasileiros, tanto a indústria quanto analistas foram surpreendidos por consecutivos reajustes, que devolveram ao setor a rentabilidade há tempos almejada pelos

acionistas. Maior compradora da celulose nacional, com participação de quase 40% nas receitas, a China foi uma importadora voraz da matéria-prima. Além do crescimento da produção local de papel, especialmente os de uso sanitário ("tissue"), o país asiático colocou em ação um novo plano ambiental, que reduz a disponibilidade de insumos alternativos à celulose virgem para a fabricação de papéis. Na prática, as novas regras reduzem de maneira importante a importação de papel reciclado - material que terá de ser substituído pela celulose.

Do lado da oferta, problemas técnicos na linha 2 da fábrica de Guaíba (RS) levaram a CMPC Celulose Riograndense a deixar de vender 600 mil toneladas no ano. Além disso, a fábrica OKI, da Asia Pulp and Paper (APP), com capacidade de fazer 2,8 milhões de toneladas anuais, ainda não atingiu o ritmo de produção esperado e também enfrentou problemas.

Para 2018, os produtores trabalham com a perspectiva de preços ao menos estáveis, em um cenário de expansão da demanda e oferta controlada - há volume adicional proveniente da nova fábrica da Fibria, mas os produtores deverão controlar a oferta com a retirada do mercado de toneladas de fibra com custo mais elevado de produção. Analistas e consultorias, por outro lado, estão mais pessimistas e trabalham com correção dos preços no início do ano.

O petróleo, por sua vez, voltou a ser fortemente influenciado pela geopolítica. A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e nações aliadas decidiram estender seu acordo de corte na produção, que originalmente vencia em março, para até o fim de 2018. Todos os analistas preveem que isso será suficiente para reduzir estoques e reequilibrar o mercado internacional.

Na avaliação da ANZ Research, há um aspecto sustentável do rali das commodities em 2017, que é a sustentação no crescimento econômico global. As variáveis que podem trazer maior instabilidade aos preços, afirma a corretora australiana, são o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) chinês e potenciais paradas no fornecimento de alguns produtos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Minério de ferro fecha 2017 perto do zero a zero, acima dos US\$ 72

Após um ano de ciclos curtos e bastante instabilidade, mas sempre à frente das expectativas dos analistas de mercado, o minério de ferro fecha 2017 perto do "zero a zero" em relação ao ano passado. Os preços do produto com teor médio de 62% entregue no porto chinês de Qingdao - a grande referência do mercado

transoceânico - caíram 7,9% até ontem, para US\$ 72,62 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". A previsão no início do ano era que o valor encolhesse em ao menos um terço.

Só em dezembro, a valorização do minério foi de 6,6%.

Para o próximo ano, a crença é que o enfraquecimento causado pelo excesso de oferta finalmente ocorrerá, com projeção de uma queda na cotação. A maioria dos bancos e corretoras prevê média de US\$ 60 para 2018, com o ano terminando entre US\$ 55 e US\$ 60. Mesmo com essa expectativa, é unanimidade que o ano que vem deve ser mais estável.

Em 2017, o cenário estava desenhado para alta das exportações de Austrália e Brasil, chegando inclusive a níveis recordes - por conta do processo de evolução de novos projetos de minério -, enquanto a demanda chinesa esfriava por conta da mudança de foco do crescimento da economia local, de infraestrutura para consumo e, mais tarde, por temores ambientais do governo, que mandou siderúrgicas colocarem o pé no freio durante o inverno.

O que se viu, no entanto, foi uma certa disciplina de oferta das maiores produtoras do mundo. A própria Vale, em meio à aceleração do S11D, seu maior empreendimento, declarou que sabe da responsabilidade que tem sobre o mercado transoceânico. O presidente da empresa, Fabio Schvartsman, disse que não será "oportunista" em relação aos preços da matéria-prima.

"Apesar do novo empreendimento da Vale, estamos assistindo a uma queda de quase 19 milhões de toneladas na taxa anual de produção", comenta o analista Daniel Hynes, da corretora australiana ANZ Research.

Ao mesmo tempo, o volume de aço fabricado no gigante asiático chegou à máxima histórica de 74,6 milhões de toneladas em agosto, aliviando a dinâmica de oferta e demanda. Outro fator positivo foi a busca da China por um produto de mais qualidade, como o produzido pelas maiores mineradoras do mundo. "Enxergo na procura por minério mais puro uma mudança estrutural do mercado", opina Hui Shan, vice-presidente de análise de commodities no Goldman Sachs. "Mas esse prêmio que os chineses estão pagando por maior concentração provavelmente sofrerá um baque."

"Mas, no ano que vem, acreditamos que a perspectiva de demanda da China por aço vai se enfraquecer, e não aumentar. Quanto aos preços do minério, a alta do frete marítimo continua a sustentar a commodity, mas vemos o patamar atual como não justificável por fundamentos econômicos", diz Carsten Menke, do banco suíço Julius Baer.

No caso dos metais não ferrosos, o grande destaque foi o efeito "carros elétricos". Também influenciados pela dinâmica da China, os preços especialmente do cobre e do níquel foram impulsionados pelo otimismo do mercado em relação a seu uso durante as próximas décadas.

Envolto em contenção da oferta durante o começo do ano, por conta de uma greve no Chile, e, mais tarde, avançando rapidamente na esteira dessa animação dos investidores por veículos elétricos, o cobre subiu 28% em 2017, para US\$ 7.058 a tonelada, na Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês). Para o Bank of America Merrill Lynch (BofA), há espaço para que a cotação ainda atinja um pico de US\$ 7.700 em 2018.

No caso do níquel, o ganho anual foi de 20%, para US\$ 12.090. O insumo é muito utilizado em um tipo de bateria que alimenta os carros elétricos. Cálculos da ANZ Research dão conta de que o consumo do metal para esse fim será cinco vezes o atual daqui a dez anos, ao passo que espera estagnação na demanda para a produção de aço inoxidável, hoje o maior destino do níquel, ou 68% do total. Baterias atendem por 6%.

Durante 2017, foi registrada, ainda, alta de 27% do alumínio, para US\$ 2.153, e de 25% no caso do zinco, para US\$ 3.240.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Petróleo supera expectativas com corte na oferta mundial

Sustentado pelo crescimento da economia mundial e pela geopolítica própria das produtoras, o petróleo foi um dos grandes destaques das commodities durante este ano. Assim como outros insumos, como ferrosos e a celulose, o comportamento dos preços ultrapassou as expectativas, principalmente por conta da extensão do acordo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e aliados para cortar produção.

O segundo contrato do Brent acumulou ganho de 15,08% no ano, fechando ontem na ICE Futures, de Londres, cotado a US\$ 66,16 o barril. Só em dezembro, o avanço foi de 5%, e durante o último mês do ano, o derivativo tocou sua máxima de 2017, de US\$ 67. No caso do WTI, a alta na Nymex, de Nova York, foi de 11% em 2017, para US\$ 59,84, subindo 4% só em dezembro.

Para 2018, a maioria dos analistas acredita que não haverá grandes mudanças na cotação, frente a esse patamar atual. As previsões vão de US\$ 60 a US\$ 65 para o Brent, na média do ano, e de US\$ 55 a US\$ 60 para o WTI.

Os países da Opep e aliados fora do cartel, liderados pela Rússia, concordaram em estender o trato de cortar a produção em 1,8 milhão de barris por dia, ante o nível do fim de 2016, até dezembro de 2018. O acordo inicial vencia em março. Com esse freio, o mercado mundial começou a atingir um equilíbrio entre oferta e demanda.

Para ajudar no último fôlego do ano para os preços, a explosão de um oleoduto na Líbia, nesta semana, tirou cerca de 400 mil barris diários da oferta global, ajudando a impulsionar o Brent e o WTI. Ao mesmo tempo, o cumprimento das metas menores de produção por Opep e Rússia tem animado os investidores.

Mas o sucesso da estratégia da Opep de segurar produção tem dado certo devido a dois poderosos aliados, o crescimento global e o grande fluxo de capitais, diz o banco Julius Baer. Uma boa parte da valorização do petróleo vem dessa aposta cada vez mais alta dos investidores na matéria-prima, comenta a instituição.

Em razão das posições em aberto no mercado financeiro, especialmente por fundos de alto risco, é possível que turbulências no caminho para o equilíbrio entre oferta e demanda, além de qualquer notícia negativa para a commodity, resultem em uma realização de lucros muito forte, e, como consequência, os preços desabem.

Além disso, a maior ameaça a esse equilíbrio do mercado são os Estados Unidos. O país está prestes a bater seu recorde histórico de produção, de 10 milhões de barris por dia, e com a queda nos custos de extração no xisto, não há no horizonte perspectiva de parar. O grande temor dos analistas é que os EUA anulem o efeito dos cortes em produção.

"A Opep não pode descansar tranquila ainda. Todas as previsões dão conta de um aumento de oferta maior do que o da demanda", escreve o banco alemão Commerzbank em relatório. De fato, a própria Agência Internacional de Energia (AIE) acredita que o fornecimento aumentará em 1,6 milhão de barris por dia, enquanto o consumo tem expectativa de subir 1,3 milhão de barris.

Para a consultoria Capital Economics, uma variável a ser observada de perto em 2018 é a demanda chinesa por petróleo. De acordo com a instituição, durante 2017 o país ajudou a trazer maior equilíbrio ao mercado internacional por conta de seu consumo mais alto de combustíveis, mas isso pode não se repetir no ano que vem.

"Cada vez mais as grandes cidades chinesas estão focando em medidas antipoluição e agora há menor necessidade de estocagem de reservas estratégicas, depois de um movimento forte neste ano", diz a Capital Economics

em relatório. A previsão é que as importações da commodity subam apenas 3% em 2018, após avançarem 5% em 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Engie aguarda uma proposta firme por térmicas a carvão

A Engie Brasil Energia (antiga Tractebel Energia) espera receber em janeiro uma proposta firme da ContourGlobal para aquisição dos ativos de geração de energia a carvão da companhia. O grupo americano garantiu em meados de dezembro direito de exclusividade no processo de venda dos ativos.

"Estamos no processo de exclusividade com a ContourGlobal. E até o fim de janeiro vamos ter a proposta firme deles. Se a proposta for adequada, vamos partir para a conclusão do contrato", disse Eduardo Sattamini, em entrevista exclusiva ao **Valor**.

O negócio envolve a venda do complexo termelétrico de Jorge Lacerda (SC), de 857 megawatts (MW) de capacidade, e o projeto da termelétrica de Pampa Sul (RS), de 340 MW, cuja conclusão da obra está prevista para o início de 2019. Pampa Sul tem investimento total previsto de R\$ 1,8 bilhão e receita anual fixa de R\$ 590 milhões.

A venda dos ativos de geração a carvão faz parte da estratégia do grupo franco-belga Engie de descarbonização de seu parque gerador e de ampliar a atuação em geração distribuída e digitalização dos serviços de energia.

Nesta sexta-feira, a Engie Brasil Energia assume a operação das hidrelétricas de Miranda, de 408 MW, e Jaguará, de 424 MW, em Minas Gerais, que pertenciam à Cemig e foram arrematadas pela companhia em leilão realizado no fim de setembro. Na ocasião, a empresa desembolsou R\$ 3,5 bilhões em bônus de outorga para ficar com os empreendimentos.

Com o negócio, o parque gerador do grupo no Brasil alcança 11 mil MW e reforça a posição da companhia no Sudeste, onde a empresa possui importante base de grandes consumidores livres.

"Estamos terminando a operação em fase assistida. Vamos assumir totalmente a operação. Ficará sob o nosso controle e até o fim do ano que vem [2018] faremos a operação delas remotamente do nosso centro de operação em Florianópolis. São duas usinas importantes para nós, porque estão no Sudeste,

onde temos muitos clientes", explicou, acrescentando que a companhia deve contratar cerca de 40 funcionários para operar as usinas.

O total de 11 mil MW do parque gerador da Engie Brasil Energia considera a fatia de 40% da controladora Engie na hidrelétrica de Jirau, de 3.750 MW, no rio Madeira (RO). A incorporação dessa fatia pela companhia está prevista para ocorrer ao longo de 2018. "No primeiro trimestre devemos levar isso ao conselho [de administração] para começar a instaurar o comitê de partes relacionadas. E aí as coisas começarão efetivamente a acontecer", explicou Sattamini.

Sobre 2018, a geradora prevê desembolsar cerca de R\$ 3,5 bilhões na construção dos complexos eólicos de Campo Largo e Umburanas, na Bahia, em 2018. Até o momento, esse é o principal investimento do grupo em novos projetos no próximo ano.

Campo Largo terá capacidade instalada de 327,7 megawatts (MW) e está previsto para entrar em operação em 2019. Já Umburanas, adquirido da Renova Energia este ano, terá capacidade total de 605 MW, dos quais 257,5 MW destinados ao mercado livre, e 102,5 MW comercializados em leilão de energia realizado em 2014. A primeira etapa, de 360 MW, está prevista para iniciar a operação em 2019, com investimentos da ordem de R\$ 1,8 bilhão. Os 245 MW restantes serão desenvolvidos futuramente pela Engie.

Segundo Sattamini, a empresa continuará olhando oportunidades de aquisições de ativos em 2018. "O grupo tem olhado ainda na área de gás [natural]. Em que pese não haver grandes projetos na área de geração e transmissão, sabemos que alguma coisa vem ao mercado no ano que vem, em venda de ativos. Vamos ficar atentos. Não perdemos a oportunidade de olhar."

O executivo também demonstrou otimismo com relação ao cenário macroeconômico do país em 2018. "Estamos vendo a economia crescer e há boas notícias no fim do ano com relação ao crescimento do consumo. Isso dá expectativas de crescimento para o ano que vem", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e São Paulo

Título: Eletrobras adia prazo para vender suas distribuidoras

A Eletrobras venceu ontem a primeira etapa para privatizar as seis distribuidoras no Norte e Nordeste. Seus acionistas aprovaram, em assembleia

extraordinária, a prorrogação do prazo para a transferência do controle das distribuidoras, do fim deste ano, para 31 de julho de 2018.

Com a decisão, será mantida a prestação temporária dos serviços de distribuição pela estatal nas áreas de concessão até a efetiva transferência do controle das empresas aos novos donos. Se, até 31 de julho próximo, não houver a transferência do controle, a Eletrobras encerrará esses serviços temporários e a liquidação das referidas distribuidoras.

A prorrogação do prazo de privatização das distribuidoras, porém, não encerra os trâmites necessários para a venda das empresas. A Eletrobras ainda precisa aprovar em conselho de administração e, em seguida, em nova assembleia de acionistas, a modelagem de venda desses ativos, proposta pelo Conselho do Programa de Parceria de Investimentos (PPI).

Com relação à modelagem, o CPPI publicou ontem resolução que prorroga para até 8 de fevereiro a data limite para a Eletrobras aprovar, em assembleia, as condições de venda das distribuidoras.

A expectativa é que o conselho delibere sobre o tema no início de janeiro e convoque assembleia.

Esta será a segunda vez que o conselho analisará as condições de venda das distribuidoras. Na primeira ocasião, no fim de novembro, o conselho pediu mais prazo para avaliar o modelo, que poderia resultar, ao final, na assunção de dívidas no valor de até R\$ 19,7 bilhões pela holding elétrica.

O modelo prevê que a Eletrobras assuma dívidas da ordem de R\$ 11,2 bilhões das distribuidoras. Além disso, foi proposto que a estatal assumisse créditos e obrigações das distribuidoras junto a fundos setoriais. Até junho deste ano, a elétrica contabilizava que as distribuidoras tinham crédito de R\$ 8,4 bilhões a receber, mas, como esse crédito ainda não era confirmado pela Agência Nacional de Energia Elétrica, havia o risco de parte significativa desse valor ser transformado em dívidas.

Uma Medida Provisória assinada ontem pelo presidente Michel Temer e publicada hoje no Diário Oficial da União, porém, traz mudanças legais que permitem que a Eletrobras reduza a dívida dessas distribuidoras que precisará ser assumida pela holding no processo de transferência de controle.

MME / ASCOM .